

As Classes Sociais Hoje¹

José Carlos Ruy²

Aumentando a polarização

A estrutura social da sociedade contemporânea sofreu alterações profundas desde a década de 1970. Elas correspondem às mudanças na forma de produção capitalista, na organização da distribuição de bens e serviços e no envolvimento de praticamente todas as nações nessa voragem conhecida pelo nome de globalização, com seu séquito de males representados pela imposição de regras econômicas desfavoráveis ao emprego, levando à desregulamentação da legislação social e à precarização do trabalho, mas também ao crescente assalariamento de setores da classe média tradicional, como médicos, engenheiros, professores, trabalhadores da arte e da cultura, etc.

No Brasil, o impacto daquelas mudanças acentuou, nas décadas finais do século XX, mudanças que se desenvolviam desde o período anterior, consolidando a extensão do capitalismo no campo, o assalariamento rural, o fortalecimento do agronegócio e das grandes empresas agrícolas, e a incorporação, de forma subordinada, da pequena propriedade familiar a cadeias produtivas comandadas por grandes empresas monopolistas. Presos entre a alternativa de modernizar-se, adotando métodos capitalistas, ou perecer, o latifúndio tradicional e os velhos coronéis, enfraqueceram e perderam prestígio, embora em muitos lugares, principalmente no interior do Nordeste e em regiões interioranas ainda mantenham força social que se traduz no controle do voto de currais eleitorais remanescentes.

Entre as camadas médias, o desenvolvimento recente acentuou mudanças iniciadas anteriormente, submetendo enormes contingentes de profissionais ao domínio do capital, na forma de assalariamento.

Entre os trabalhadores que tradicionalmente fazem parte do proletariado – operários de fábrica, trabalhadores na construção e nos transportes – o impacto da mudança foi fortemente negativo, levando a seu declínio estatístico depois de anos de crescimento acelerado deste contingente, com a forte industrialização e a construção de imensas obras de infraestrutura (desde estradas e hidroelétricas até residências) das décadas de 1950 e 1980.

A conjugação destes fatores concentrou, nas cidades, grandes contingentes cujas estratégias de sobrevivência, com forte impacto sobre a estrutura de classes. Aquilo que o economista Marcio Pochmann e seus colaboradores chamaram de “processos amortecedores de tensão social” vigentes

¹ Este texto foi preparado originalmente para publicação em Retrato do Brasil, Segunda Edição, 2007.

² Jornalista, editor do jornal A Classe Operária. Membro e Professor do Núcleo Estado e Classes da Escola Nacional do PCdoB.

entre as décadas de 1930 e 1970 – a expansão da fronteira agrícola que mantinha no campo os trabalhadores que se aventuravam a ocupar novas terras, e o crescimento industrial que permitia uma certa mobilidade social nas cidades – entrou em colapso desde a década de 1980. A concentração da propriedade no campo esmagou pequenos proprietários e muitos passaram a engrossar as fileiras do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. As mudanças na indústria – seja a chamada “desindustrialização”, decorrente das políticas neoliberais responsáveis pela quebra de muitas empresas brasileiras, seja a reestruturação produtiva – aumentaram o desemprego entre trabalhadores de todos os níveis, constituindo as fontes principais que alimentaram o enorme contingente de pessoas que engrossaram o chamado setor de serviços, marcado pela generalização de “empresas” informais, precárias, em sua imensa maioria verdadeiros disfarces para o fornecimento de força de trabalho para o capital em formas jurídicas distintas do assalariamento tradicional.

Os dados da última Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD), divulgada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em dezembro de 2004, revelavam que o rearranjo no mundo do trabalho pouco afetou os estratos dominantes, que mantiveram participação percentual semelhante à do meio século anterior, confirmando a avaliação de Márcio Pochmann e colaboradores de que “numericamente falando, a estabilidade das classes superiores no Brasil é surpreendente, ignorando inclusive transformações profundas na base econômica nacional”. A mudança mesmo deu-se entre a parcela da população que povoa os andares de baixo: o número de operários tradicionais caiu de quase um terço da População Economicamente Ativa em 1980 para menos de um quarto em 2004. Já a proporção de assalariados entre os ocupados também teve pequena queda mas manteve-se no elevado patamar de 60% do total das pessoas ocupadas.

A terciarização e precarização das relações de trabalho generalizaram-se, constituindo talvez a principal mudança ocorrida nas últimas duas ou três décadas. Elas correspondem à degradação das condições de vida e de trabalho e sua tradução é a proliferação de ocupações como motoboys, “pseudo-cooperativas” de trabalhadores, principalmente de transportes (como táxis ou veículos que prestam serviços para empresas), locação de mão-de-obra, serviços de telemarketing, ou segurança privada. Sem deixar de lado o tradicional refúgio do desemprego, o trabalho doméstico, que cresceu 35% durante a década de 1990.

Segundo o economista Ladislau Dowbor, da PUC/SP, apenas na capital paulista existiam, em 2001, mais de 150 mil motoboys. Esta categoria apareceu na dos anos 80 mas, ao contrário das aparências, não está à margem da economia devido à informalidade da imensa maioria das pequenas empresas que prestam este tipo de serviços precários, mas fazem parte do coração da moderna economia e dos benefícios prestados aos mais ricos. Sem eles, por exemplo, dificilmente os serviços de home banking – o moderno atendimento bancário a domicílio, do ainda

mais moderno setor financeiro – teria enormes dificuldades de ser implantado com a mesma agilidade como se deu e proliferou. As "pseudo-cooperativas", por sua vez – ainda segundo Dowbor – não passam de “formas disfarçadas de terceirização: um elo da cadeia produtiva de uma empresa é desmembrado, e confia-se a sua produção a um grupo de trabalhadores, que perdem a sua relação empregatícia e os direitos sociais, e passam a ser fornecedores autônomos da mesma empresa”. São formas de agregar trabalho à produção capitalista e englobam desde trabalhadores em informática, por exemplo, até outros tipos de profissionais que “passam a trabalhar por tarefa, em casa ou no escritório, funcionando de certa maneira como consultores, sem vínculo formal com as empresas”.

José Dari Krein e José Ricardo Gonçalves, do Centro de Estudos de Economia Sindical e do Trabalho (Cesit), da Unicamp, ressaltam, por sua vez, a emergência dos serviços de telemarketing que ganha importância na década de 1990 e cresce aceleradamente a partir de 1998, passa a crescer ao ritmo de 20% ao ano, chegando a 500 mil trabalhadores em todo o país em 2003. Eles se referem também ao crescimento do número de trabalhadores no setor de vigilância, que em 2001 passava de 330 mil empregados em todo o Brasil, segundo o sindicato patronal do setor, número que correspondia naquele ano a 67% do efetivo total da polícia pública federal, militar, civil e rodoviária (cerca de 490 mil trabalhadores em 2001). O setor tinha ainda, asseguram, mais de 600 mil vigilantes não-regularizados e cerca de 4.500 empresas clandestinas.

Muitos proclamaram, nas últimas décadas, o fim do trabalho, do proletariado e da própria noção de classe social, supondo que a humanidade estivesse entrando em uma etapa nova de sua evolução que exigiria novas formas de compreender a vida em sociedade, com ênfase no indivíduo e suas vicissitudes. Entretanto, vistas de outra maneira, aquelas mudanças radicais acentuaram a polarização, na sociedade, entre a pequena minoria proprietária, de um lado, e a imensa maioria dos que, destituída dos meios e instrumentos de trabalho, são obrigados a vender sua força de trabalho para poder viver,

História - Uma estrutura mutante

No Brasil, como em toda parte, o surgimento e o desenvolvimento das classes sociais foi condicionado pela dinâmica histórica da formação econômico social. Neste texto, vamos tratar do desenvolvimento das classes sociais após a Independência, embora não se possa esquecer que a estrutura de classes herdada pelo Brasil independente, e se que manteve por muito tempo após a separação de Portugal, continuou, em linhas gerais, semelhante à do período colonial opondo, como pólos antagônicos, os grandes proprietários escravistas aos escravos que trabalhavam das minas e fazendas. No topo, estavam os grandes latifundiários, donos de minas e os grandes comerciantes que controlavam o comércio externo e o tráfico de escravos. Na base, estavam os escravos, que se

dividiam em inúmeras categorias. A principal era formada pelos escravos do eito, ligados à produção direta. Mas havia também aqueles que trabalhavam nos serviços domésticos da casa grande, os artesãos (muitas vezes alugados por seus senhores a quem precisasse de seus serviços), os escravos do “ganho”, que prestavam todo tipo de serviço nas grandes cidades e eram obrigados a entregar a maior parte do que ganhavam a seus proprietários, etc.

Após a Independência, o escravismo continuou sendo a base do sistema produtivo. Com a estruturação do Estado Nacional, fortaleceram-se as camadas intermediárias, como a burocracia estatal, civil e militar; o Exército apareceu com força no cenário, principalmente depois da Guerra do Paraguai, na década de 1860. O desenvolvimento da cafeicultura consolidou a camada de profissionais liberais urbanos e a ainda pequena camada de empregados ligados às atividades comerciais urbanas ou de apoio à economia latifundiária-exportadora.

Estavam assim definidos os contornos da estrutura social que atingiria seu clímax sob o Império. Em 1872 o primeiro Censo brasileiro mostrou a existência de 31.863 capitalistas e proprietários; 19.366 manufactureiros e fabricantes; 102.133 comerciantes, guarda-livros e caixeiros; 15.994 funcionários públicos; 27.716 militares; 506.450 costureiras (das quais 40.766 escravas); 262.936 operários e artesãos (dos quais 29.067 escravos); 3.243.598 lavradores e criadores (808.401 escravos); e 409.672 pessoas assalariadas. Havia ainda 357.799 escravos sem profissão, 175.377 escravos domésticos; 94.488 escravos que serviam como criados ou jornaleiros; 1.858 escravos artistas; 1.788 escravos marítimos; e 1.262 escravos pescadores. No total, havia no país 1.510.806 escravos, que compreendiam 15% da população.

Aquele censo mostrou que a base da sociedade brasileira se alterava rapidamente. O pólo dinâmico da economia brasileira, constituído pela região do café (Minas Gerais, Espírito Santo, Rio de Janeiro e São Paulo), exigia braços abundantes, e animava um florescente tráfico escravista interno, do Norte e Nordeste para a região do café. Nas regiões de origem, o lugar do escravo foi ocupado por moradores e agregados. Em 1872, em todo o Nordeste, existiam 405 mil escravos, menos que a metade da região do café, onde havia 890 mil escravos.

Ao mesmo tempo, os fazendeiros do café realizaram experiências com o trabalho livre, inicialmente através de colônias de parceria formadas por imigrantes, e depois pela imigração massiva de trabalhadores assalariados que iriam formar a base do sistema do colonato.

Em meados do século XIX, o escravismo entrou em decomposição e começou o período de transição para o capitalismo, que se desdobraria por quase um século. As classes alteravam-se no seio da mutante estrutura social brasileira. As oligarquias latifundiárias e a burguesia mercantil agro-exportadora mantiveram-se no vértice da sociedade durante todo esse período de transição controlando, a partir do alto, o fim do escravismo, em 1888, e do Império, em 1889.

No campo, após a abolição, os escravos foram substituídos, dependendo da região, pelas antigas camadas de homens livres e pobres, por ex-escravos que não deixaram as fazendas após o 13 de maio, ou por imigrantes estrangeiros. Eram trabalhadores rurais que estavam longe de serem proletários rurais completos, mas formavam uma categoria de semi-assalariados vivendo em regime de colonato, remunerados parte em dinheiro, sob a forma de salário (que era pago quase sempre anualmente), e parte sob a forma de licença para cultivar gêneros de subsistência nas terras em que trabalhavam, podendo comercializar o excedente do consumo familiar; deviam também dar ao latifundiário dias de serviço gratuito ao longo do ano. No Nordeste, ficaram conhecidos como moradores. No Sul, como colonos.

Sob esse verdadeiro terremoto a fogo lento que foi a transição do trabalho escravo para o trabalho livre no Brasil surgiram os primeiros germes do modo de produção capitalista. Apareceram as primeiras indústrias, substituindo manufaturas e oficinas de artesanato, onde os operários muitas vezes trabalhavam ao lado de escravos. Um exemplo é a grande fábrica construída pelo Visconde de Mauá em Porto de Areia, Niterói, na década de 1840; ela era uma das maiores do mundo na época, produzia de tubos a pontes de ferro e fabricou 72 navios durante os onze anos de sua existência – e empregava operários que trabalhavam lado a lado com escravos.

A classe operária brasileira nasceu assim nas entranhas do escravismo e deu seus primeiros passos organizativos e contestatórios na segunda metade do século XIX, com a organização de suas primeiras organizações, como a associação dos tipógrafos fluminenses (a mais antiga organização profissional brasileira, criada em 1853) que, em 1858, promoveu a primeira greve operária documentada, a dos gráficos de Niterói.

Embora embrionária, ela cresceu depois do fim do escravismo, em 1888, e da proclamação da República, em 1889, mas continuou muito pequena, e mais artesã que propriamente operária. O Brasil tinha, ao final do Império, 14 milhões de habitantes, aumentando para 30 milhões em 1920; a população rural correspondia a três quartos desse total.

Aquela classe operária do final do Império era formada por 60 mil operários, espalhados por 17 estados, do Pará ao Rio Grande do Sul. Em 1920, cresceu para 275 mil - aumento que, embora significativo, ainda indicava uma classe operária muito pequena. No início da República, estava concentrada no centro-sul, em Rio de Janeiro e São Paulo, embora houvesse operários em núcleos fabris significativos, principalmente têxteis, na Bahia, interior de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco, Alagoas e Maranhão. Seus principais contingentes eram formados por ferroviários, trabalhadores da construção civil, estivadores, portuários, têxteis e gráficos. A grande maioria das fábricas eram empresas pequenas e médias, tendo entre 50 a 200 operários; apenas 61 fábricas tinham entre 500 e 999 operários, e somente 29 tinham mais de 1.000 operários.

Nesse período assistiu-se ao desenvolvimento e diversificação da burguesia, que divide suas atividades entre as finanças, o comércio e a indústria. Desde o final do Império, a rede bancária expandiu-se e ligou-se a atividades comerciais e industriais. Apesar de predominarem os brasileiros, a presença estrangeira era muito grande nas finanças – com destaque para os capitais ingleses.

O comércio externo e o de luxo eram amplamente dominados por estrangeiros, principalmente ingleses, mas também franceses e alemães. O comércio varejista ficava nas mãos de portugueses. Os brasileiros tinham posição secundária em todos os ramos do comércio, dominando apenas nas zonas pioneiras ou nas cidades do interior. Uma estatística feita em 1863/1864 pelo economista Sebastião Ferreira Soares mostrou a existência, no país, de 42.825 casas comerciais, fábricas e oficinas, Das, 25.202 eram de propriedade de brasileiros, 13.566 de portugueses e 4.057 de outras nacionalidades. No município do Rio de Janeiro, onde estava o alto comércio, o domínio estrangeiro era visível: das 7.224 casas existentes, 4.813 eram propriedade de portugueses, 1.373 de brasileiros e 1.083 de outras nacionalidades. Além de dominar o comércio brasileiro - principalmente o comércio exterior - o capital estrangeiro começava a marcar presença em outras áreas. No final da década de 1880, por exemplo, a Inglaterra tinha cerca de 180 milhões de libras investidas na América Latina; a maior fatia estava no Brasil (38,8 milhões). Esses capitais estavam investidos principalmente em serviços urbanos, ferrovias, companhias de gás, telégrafos e telefones, transportes urbanos, portos, companhias de navegação, obras públicas, bancos e finanças, companhias de mineração, seguros, etc. Após 1900, além desses setores, o capital estrangeiro aparece na indústria (açúcar, bens de capital, alimentos, vestuário e calçados. químico-farmacêutica, material elétrico, etc).

A burguesia industrial brasileira nasceu, assim, na época do imperialismo, e muitas vezes associada a ele. Um exemplo notável é o de Mauá, que tentou mobilizar capitais nacionais para empreendimentos industriais, de serviços públicos, ferroviários e marítimos. Sem sucesso, ele se associou a capitais ingleses. Um exemplo notável do conflito entre a burguesia industrial nascente e o imperialismo é o de Delmiro Gouveia que, após resistir durante anos à concorrência inglesa, foi assassinado em 1917 e sua fábrica de linhas de costurar, que os herdeiros venderam aos concorrentes, foi desmantelada e jogada no fundo do Rio São Francisco.

Essa burguesia industrial que ensaiava seus primeiros passos encontrava-se subordinada aos setores dominantes, mercantis e latifundiários. Tendo que enfrentar a resistência dos grandes mercantis importadores e a concorrência estrangeira na luta pelo mercado brasileiro, exigia que o governo adotasse tarifas protecionistas para seus produtos. E, em 1928, em São Paulo, reforçam sua organização de classe independente ao romper com a Associação Comercial de S. Paulo, dominada pelos comerciantes, e criar o Centro das Indústrias do Estado de S. Paulo, origem da atual Federação das Indústrias do Estado de São Paulo.

Foi na esteira dessas tendências que, após o período do Estado Novo (1937-1945), uma nova mudança fundamental começa a ocorrer na estrutura da sociedade brasileira. A transição para o capitalismo começou a se encerrar e, nas décadas de 1940 e 1950, as relações de produção tipicamente capitalistas generalizam-se e começam a se tornar hegemônicas, e a burguesia industrial e o proletariado firmam-se como classes fundamentais na formação social brasileira. No campo, o colonato se desagregava com a transformação de grande parte dos colonos ou moradores em trabalhadores rurais assalariados puros (conhecidos, nas décadas de 1960 e 1970, como bóias-frias), arrastados à voragem triunfante do capitalismo.

Outra transformação ocorrida no campo foi o aburguesamento de muitos latifundiários, com o aparecimento da grande empresa agrícola. O estímulo aos produtos de exportação e o apoio ao grande capital monopolista, beneficiado por incentivos fiscais e creditícios, resultou num aumento da concentração da propriedade, na mecanização de algumas culturas, na difusão do trabalho assalariado e na subordinação da pequena produção familiar ao agronegócio. Significou também um aprofundamento da aliança entre o capital monopolista brasileiro e estrangeiro e o latifúndio modernizado na forma de empresa agrícola. Tudo isso foi um golpe fundo no poder das velhas oligarquias latifundiárias, deixando-as no dilema entre adotar métodos capitalistas em suas propriedades e na comercialização de seus produtos, ou desaparecer.

Na década de 1950 o valor da produção superou, pela primeira vez, o valor da produção agrícola. A população rural começou a diminuir, relativamente: em 1950, 64% dos brasileiros estava no campo; em 2000, menos de 20%. Nas cidades, a indústria registrou enorme crescimento: entre 1960 e 1980, a metalurgia cresceu 202%, a mecânica 730%, materiais elétricos 342%, material de transporte 225%.

Entre 1950 e 1980, a classe operária cresceu, amadureceu, e grande parte de seu contingente passou a trabalhar em grandes indústrias: em 1980, 22% dos operários estavam empregados em estabelecimentos cujo número médio de trabalhadores era 850.

Outra mudança ocorrida na segunda metade do século XX foi a proletarização das camadas médias, formada por pequenos industriais e comerciantes, profissionais liberais e autônomos, e altos funcionários públicos civis e militares, e o crescimento das “novas classes médias” de administradores de empresas privadas, técnicos de formação universitária, gerentes, a camada superior dos empregados no comércio, etc.

Um exemplo é o dos médicos. Dados divulgados em 1982 pelo Sindicato dos Médicos de S. Paulo davam uma idéia da proletarização deste importante setor das “velhas classes médias”: no estado, apenas 5% dos médicos viviam exclusivamente do exercício liberal da medicina, e 80% dependiam unicamente de seus salários.

No campo das classes dominantes, era visível a consolidação do predomínio do grande capital, cuja face mais visível é a FIESP, mas que incorporava federações semelhantes do Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul e outros estados; a Febraban e os banqueiros; as associações comerciais, principalmente de São Paulo e Rio de Janeiro; as Câmaras de Comércio, particularmente a Brasil/Estados Unidos; a Sociedade Rural Brasileira, etc. A velha aliança dos proprietários - banqueiros, industriais, empresários rurais, capital estrangeiro, latifundiários tradicionais - se reformulou e o predomínio que antes era do setor agro-exportador aliado ao capital estrangeiro, passou à aliança entre o grande capital monopolista brasileiro e estrangeiro.

Anos de retrocesso

Entre 1920 e 2000, a estrutura social brasileira virou de pernas para o ar: em 1920, apenas um em cada quatro brasileiros morava nas cidades; em 2000, a situação se inverteu, e quatro em cada cinco moravam nas cidades. A este esvaziamento do campo correspondeu, também a concentração em ocupações urbanas: em 1920, sete em cada dez eram trabalhadores rurais ou agricultores; em 2000, não chegavam a dois em cada dez. E, nas cidades, as ocupações também variaram, ao longo das décadas, de forma desigual. Em 1920, 12% estavam ocupados em atividades industriais e 20% no comércio e serviços (o chamado setor terciário). O emprego industrial dobrou até 1980, quando chegou a 24% do total; nesse mesmo ano, comércio e serviços tinham 46% dos ocupados. Desde então, até o final do século, a indústria declinou, ocupando 21% dos trabalhadores em 2000, enquanto o terciário inchou, saltando para 61% dos ocupados.

Esta mudança alterou fortemente a estrutura social, redefinindo as classes sociais e a posição relativa entre elas. A primeira alteração significativa ocorreu, naturalmente, no campo, corroendo a situação das velhas oligarquias, que precisaram modernizar-se para sobreviver frente à generalização das relações tipicamente capitalistas, que levaram à situação encontrada no final do século XX, e que alteraram a outra ponta das relações de classe, aquela que envolve os trabalhadores diretos, cujos padrões de vida foram profundamente alterados pela disseminação do trabalho assalariado e pela subordinação da pequena propriedade familiar aos grandes monopólios do agronegócio.

Nas cidades, uma mudança significativa ocorreu entre as classes médias (também designadas como camadas médias ou pequena burguesia). Primeiro, uma parte de seu setor superior consolidou-se como parcela significativa dos setores dominantes. Segundo cálculo do professor Waldir Quadros, da Unicamp, que analisou os dados do PNAD de 1998, a alta classe média assalariada (formada por técnicos, a camada superior dos profissionais autônomos e dos altos executivos) englobava 9,8% da população ocupada. Analisando dados do PNAD de 2002, o

professor José Alcides Figueiredo Santos chega a número semelhante, encontrando 8,6% de pessoas ocupadas em categorias que definiu como especialistas auto-empregados, gerentes, empregados especialistas e supervisores.

Em contrapartida, grande parte dos antigos setores liberais, como os médicos, se proletarizou, engrossando as fileiras assalariadas, enquanto antigas profissões típicas de classe média (como bancários e professores) tiveram perdas salariais enormes, e mesmo diminuíram de número (no caso dos bancários), com forte perda de prestígio social e equalização de suas condições de vida e de trabalho às do proletariado tradicional, formado por operários de fábrica, comerciários e outros trabalhadores assalariados.

O forte desemprego das décadas finais do século XX ajudou a engrossar a fileira daqueles que, sem poder vender sua força de trabalho e conseguir assim seus meios de vida, aventuraram-se ao chamado empreendedorismo, fazendo proliferar o número de micro e pequenas empresas, em sua imensa maioria informais e precárias mas que fundamentaram, nesses trabalhadores, a crença de serem pequenos patrões, autônomos que, assim, fariam parte das camadas médias, ilusão que os estudos e as estatísticas desmontam.

A classe operária tradicional, de operários fabris, de construção e transporte, diminuiu de tamanho – representava 1/3 dos ocupados em 1980, e caiu para 1/4 em 2000. Muitos antigos operários seguiram rumo semelhante, a busca a de se transformarem em pequenos patrões; na verdade, foram os protagonistas da terceirização de um sem número de funções e outras formas precárias de contratação de mão de obra pelas empresas – desde motoboys até contratados por agências de mão de obra, como a Manpower que, em 2001, tinha um “plantel” de 400 mil trabalhadores, diz o economista Ladislau Dowbor – trabalhadores, cujo único vínculo com as empresas onde exerciam suas atividades era o fato de pertencer ao cadastro da agenciadora que alugava sua força de trabalho. Eram trabalhadores precários não apenas por estarem destituídos de direitos sociais e trabalhistas mas também porque não tinham, diz o economista, nenhum vínculo de relações profissionais, sociabilidade ou afetividade com seus colegas de trabalho, sendo empurrados de um casulo de trabalho para outro e perdendo assim qualquer interesse com o ambiente onde efetivamente trabalham.

No topo, as classes dirigentes permaneceram o que sempre foram – diminutas no conjunto, mas detendo forte controle sobre a riqueza e também sobre as demais classes. A mudança significativa que ocorreu, nas últimas décadas, está localizada em suas relações com o Estado brasileiro e na forma de administração do capital. Mas não aparecem nas estatísticas que, como alerta o economista Márcio Pochmann, ocultam os ricos – aqueles que, de fato, controlam os meios de produção e a riqueza efetiva do país. Esta é uma categoria composta, desde o passado colonial, por

um conjunto de pessoas que representam algo em torno de 1% das famílias. Em 1872, eram 1,8% do total; em 1920, cerca de 1,2%; em 2000, esse número cresceu, chegando a 2,4%.

Mas, considerando-se o estoque de riqueza e o fluxo de renda, seu número é ínfimo: formam um conjunto de apenas 5.000 famílias (0,001% do total), donas de 3% da renda total, cujo patrimônio representa 40% do PIB nacional. Estes são aqueles que realmente freqüentam o topo da sociedade brasileira. É um conjunto que forma a classe dominante de industriais, banqueiros, fazendeiros tradicionais e empresários do agronegócio, especuladores imobiliários urbanos, agenciadores obras públicas, segmentos assalariados de altos funcionários públicos e de empresas estatais, além de altos executivos assalariados do setor privado, como constatam Márcio Pochmann e seus colaboradores. E que, ao longo da década de 1990, puderam mudar sua relação com o Estado para potencializar seu lucro e a apropriação da riqueza produzida no país. Beneficiados com a desregulação financeira produtiva, comercial e tecnológica, passaram a ter maior liberdade de aplicação de sua riqueza, no Brasil ou em qualquer outro país. É um quadro no qual esses segmentos privilegiados, “sobretudo aqueles que se encontram atrelados ao circuito da financeirização da riqueza”, proprietários de títulos financeiros, obtém superlucros “uma vez que a taxa de juros, ao se situar acima da variação do produto real, permite uma enorme transferência de renda do setor produtivo, especialmente da renda do trabalho, para o ciclo da financeirização”.

O trabalho torna-se, assim, aparentemente descartável, desnecessário, para a reprodução capitalista controlada por esses setores rentistas, credores da dívida pública que, segundo dados de Flavio Tonelli, assessor parlamentar na Câmara dos Deputados, tem dimensões gigantescas: em outubro de 2005, o total da dívida em títulos em poder do público passava R\$ 930 bilhões, e seus detentores – diz ele – não parecem interessados em receber esse dinheiro em troca de rentáveis títulos e, “em cada vencimento querem comprar mais mesmo que o Estado não precise emitir dívida ou tenha dinheiro em caixa para se livrar do endividamento”. E o motivo para isso é simples: os títulos da dívida pública são o patrimônio mais rentável da classe dominante brasileira.

A estrutura social brasileira chegou assim ao começo do século XXI com as distorções que a caracterizam historicamente profundamente agravadas. O fosso entre os de baixo e os de cima aprofundou-se; as garantias sociais e os direitos dos trabalhadores seriamente ameaçados; o número de trabalhadores do setor formal caía, enquanto proliferavam aqueles que, a pretexto de se tornarem pequenos patrões, engrossavam o setor informal e precarizado. O desenvolvimento ocorrido entre 1930 e 1980 parecia retroceder e, com ele, a estrutura de classes parecia voltar aos tempos anteriores à era Vargas, onde a liberdade para o capital era absoluta e o protesto dos trabalhadores tratado como “caso de polícia”.

Conceito - Entre o individual e o coletivo

A ex-primeira ministra inglesa Margareth Thatcher foi autora de uma fórmula que ficou célebre: não existe essa coisa chamada sociedade; o que há são indivíduos. A “dama de ferro” do neoliberalismo exprimiu assim o fundamento da teoria sobre as classes sociais típica do pensamento social comprometido com o sistema capitalista, sua defesa e manutenção. É uma teoria social que, reconhecendo a existência de contradições sociais, encara-as como problemas que precisam ser resolvidos para preservar a ordem capitalista, encarada como natural e culminância do desenvolvimento histórico da humanidade. Outro pressuposto metodológico desta forma de pensar é a ênfase no indivíduo e seus interesses.

Nesse sentido, existem três correntes que merecem ser destacadas quando se estuda o pensamento convencional sobre classes sociais. Uma deriva das idéias do sociólogo alemão Max Weber, um dos fundadores da sociologia acadêmica moderna. Outra corrente, é a da sociologia norte-americana, formulada principalmente nas décadas de 1940 e 1950. Uma terceira corrente é constituída pelas teorias da estratificação social, cujas versões mais sofisticadas combinam as duas anteriores. No pólo oposto está a compreensão marxista a respeito das classes sociais e seu desenvolvimento ao longo do século XX.

Max Weber foi o autor daquela que talvez seja a mais influente conceituação de classe social na sociologia convencional. Seu texto mais conhecido sobre o assunto é relativamente curto: “Classes, estamento, partido”, onde distinguiu as diferenças sociais nas esferas econômica, social e política. As classes resultariam, dessa forma, da distribuição do poder em uma comunidade. É uma definição que parte dos interesses econômicos comuns a grupos de indivíduos. As classes podem ser apreendidas pela posição do indivíduo no mercado, pelo poder que exerce na sociedade e por motivações originadas da ação e das relações sociais.

Outra vertente do pensamento convencional é a chamada teoria da estratificação social, que diferencia os homens opondo as camadas sociais superiores às inferiores também em três formas: econômica (ricos e pobres), política (dirigentes e dirigidos) e profissional (decorrente do prestígio da atividade exercida pelo indivíduo). Algumas de suas correntes baseiam a definição da classe à qual uma pessoa pertence a partir de sua própria opinião, ou de seu círculo, no sentimento de pertencer àquela uma classe, que é compreendida como um agrupamento psicossocial. Outras procuram determinar a situação de classe através de um ou vários fatores “objetivos”, como profissão, cultura ou renda, considerando a classe como um agrupamento profissional.

Juntando as idéias de Weber com as teorias de estratificação social, sociólogos norte-americanos desenvolveram, a partir da década de 1940, uma teoria econométrica que diferencia as classes em A, B, C, D e E. É mais difundida hoje e freqüenta os meios de comunicação na forma de

pesquisas de opinião que medem desde intenção de voto até decisões de consumo (sobre automóveis, sabonetes, viagens, etc). Um dos pioneiros nessa forma de encarar as “classes” foi o sociólogo W. Lloyd Warner que, partindo das idéias de Max Weber sobre grupos de prestígio, definiu um critério para aquela definição baseado na profissão, renda, tipo de moradia e bairro de residência. Atribuiu para cada um desses itens uma pontuação, cuja soma indica a posição de classe da pessoa analisada.

Estas definições de classe social tem em comum o fato de partirem da esfera da distribuição da riqueza, atendendo às necessidades da produção capitalista e da dinâmica do poder na sociedade. E que descrevem a hierarquia social a partir da capacidade de consumo dos agrupamentos humanos, e de sua tendência por este ou aquele tipo de produto, ou marca. Outra exigência a que essas formulações correspondem é a necessidade de conhecer a dinâmica eleitoral e a tendência de voto de cada um daqueles grupos. Não existe aqui a preocupação de uma compreensão mais profunda da forma como as riquezas são produzidas e repartidas, e das contradições que surgem no processo de produção social.

A definição marxista de classe social parte de um ponto de vista oposto, baseando sua compreensão dos fenômenos sociais nas contradições que surgem no âmbito da produção social, nas relações de cooperação e conflito que ela abarca, relações que compreendem a produção da riqueza material, sua organização, e a distribuição de seus resultados. E enfatiza, contra o individualismo capitalista, os aspectos coletivos, sociais, da formação das classes.

Por isso, vê a base da formação das classes, da luta de classes e do desenvolvimento da consciência de classe, na organização da produção, encarada de maneira abrangente. Elas são, assim, o resultado histórico de cada um dos modos de produção antagônicos (o escravismo, o feudalismo, o capitalismo, e os momentos de transição entre um modo de produção e outro).

Marx partiu da estrutura econômica e social para definir as classes; são as relações sociais de produção que determinam o poder de um indivíduo dispor de uma fatia maior ou menor da riqueza social. Estas determinações tem origem na forma como a produção material está organizada, no papel que as pessoas tem nela e na posição em relação à posse e ao controle dos meios e instrumentos de produção. São determinações, portanto, externas ao indivíduo e histórica e socialmente determinadas. O fundamento da existência de classes antagônicas é a oposição entre os proprietários dos meios e instrumentos de produção e os produtores diretos. Marx não descurou contudo do aspecto subjetivo fundamental representado pela consciência de classe, que determina a passagem da “classe em si” (aquela que existe perante as demais, embora não tenha consciência de seus interesses e sequer de sua situação) e a “classe para si” (quando ela adquire consciência de classe, une-se, cria seus instrumentos de ação política e só então se torna uma classe, diz Marx).

Essa conceituação foi desenvolvida, mais tarde, por Lênin que, num parágrafo do artigo “Uma grande iniciativa”, de 1919, escreveu: “chama-se classes a grandes grupos de pessoas que se diferenciam entre si pelo seu lugar num sistema de produção historicamente determinado, pela sua relação (as mais das vezes fixada e formulada juridicamente) com os meios de produção, pelo seu papel na organização social do trabalho e, conseqüentemente, pelo modo de obtenção e pelas dimensões da parte da riqueza social de que dispõem. As classes são grupos de pessoas, um dos quais pode apropriar-se do trabalho do outro graças ao fato de ocupar um lugar diferente num regime determinado de economia social”.

Essa definição abrangente engloba as determinações econômicas e articula as formas de produção, repartição, circulação e consumo, com a propriedade dos meios de produção e os meios de trabalho. Ela permite considerar não só o tamanho e a forma de obtenção da parte da riqueza social que cabe a cada classe, mas também a forma como gastam, possibilitando incorporar, subordinadamente, na delimitação das classes, características como o nível de instrução, o local de moradia, ou o prestígio das ocupações. Mas, acima de tudo, destaca, com justeza, a exploração do trabalho como a base objetiva e estrutural que da diferenciação de classe.

Desde a década de 1930, com o engessamento do marxismo característico da era stalinista, os manuais soviéticos difundiram um economicismo estreito na determinação das classes, com base fundamentalmente na propriedade ou não dos meios de produção, e na ligação estrita com o trabalho diretamente produtivo para a definição de classe operária. É uma forma de pensar distinta daquela desenvolvida por Lênin e que provocou, desde a década de 1950, uma reação que enfatizou os aspectos subjetivistas, culturais, na constituição das classes. Um exemplo – de grande prestígio acadêmico – são as idéias do britânico E. W. Thompson, com sua ênfase na consciência de classe, na cultura, e na tese de que a classe faz-se a si própria. Em sentido contrário, o francês Louis Althusser e o grego Nikos Poulantzas acentuaram a influência da estrutura social na definição das classes, definindo-as, como escreveu Poulantzas, como “efeitos da estrutura global no domínio das relações sociais”.

O proletariado morreu. Viva o proletariado!

O fim do trabalho, proclamado por escritores, jornalistas e políticos, foi um dos temas dominantes nas décadas de 1980 e 1990. E seu correlato, o fim também da classe operária e seu papel histórico de coveira do capitalismo, previsto pelos fundadores do marxismo há mais de um século.

O principal fundamento desse argumento são as profundas alterações tecnológicas que teriam diminuído, ou mesmo eliminado, a importância direta do papel do trabalho na produção. Cujo lugar

teria sido ocupado pelo conhecimento (e, portanto, do trabalho intelectual ou científico), que passaria a ter uma posição essencial na geração de riquezas.

Não são teses novas. Na década de 1930, por exemplo, os intelectuais ligados à Escola de Frankfurt difundiram a tese do aburguesamento da classe operária, que teria aderido ao capitalismo e, por isso, perdido suas credenciais como força dirigente da luta social. Na década de 1960, Herbert Marcuse popularizou essas opiniões, propondo que o lugar da classe operária na vanguarda da luta pelo progresso social fosse ocupado por novos agentes históricos, os estudantes, as mulheres, os negros, os homossexuais. Nessa época, o francês André Gorz defendeu teses semelhantes, num livro influente, publicado em 1964: *Estratégia Operária e Neocapitalismo*. Outro, que publicou em 1980, tinha o título significativo de *Adeus ao proletariado*.

A mesma tese havia sido defendida por James Burnham, um antigo socialista que se tornou crítico do marxismo e que, em *A revolução dos gerentes*, de 1941, defendeu a idéia de que os métodos de gerenciamento do capitalismo levarão à sua superação por um modo tecnocrático de produção devido à virtual separação entre a propriedade privada e o controle dos meios de produção, crescentemente assumido pelos gerentes. Isto é, pela tecnocracia.

O outro lado do debate é representado por aqueles que se contrapõem a estes argumentos. São estudiosos que afirmam exatamente o oposto: o crescimento do proletariado. E, contra a constatação estatística da diminuição do número de operários de fábricas tradicionais, demonstram que o número de trabalhadores assalariados cresceu como nunca, quase se universalizando. Apóiam-se em dados dos países ricos: em 1998, os assalariados representavam 92% da população ocupada nos Estados Unidos; 88% na França; 77% no Japão. No Brasil, no mesmo ano, segundo cálculo com base em dados apresentados pelo professor Waldir Quadros, da Unicamp, os assalariados de todos os tipos compreendiam 72% da população ocupada.

Isto é, existiria, segundo este ponto de vista, um “novo proletariado”, formado por todos aqueles que, sem ter a propriedade dos meios e instrumentos de produção, são obrigados a vender sua força de trabalho para poder viver. Ele incluiria o proletariado tradicional, formado pelos operários fabris, da construção e dos transportes, os técnicos assalariados de nível médio e superior empregados na indústria moderna, os médicos, os professores, e outros assalariados da ciência, da arte e da cultura, como os empregados da indústria cultural.

Estas teses defrontam-se com algumas dificuldades. O que está na base da afirmação do “fim do trabalho” ou da “classe operária” é a crença de que a lei do valor já não vigora na produção capitalista pois na sociedade pós-industrial, ou do conhecimento, a agregação de valor se daria essencialmente através do trabalho intelectual. Isto é, o trabalho direto já não seria essencial para a produção e, portanto, a lei do valor e a mais valia já não teriam vigência. A primeira dificuldade é o fato concreto de que os grandes monopólios capitalistas procuram, cada vez mais, incorporar em

sua cadeia produtiva a mão de obra barata dos trabalhadores da China, Taiwan, Coréia, México e outros países da periferia pobre do mundo capitalista, demonstrando não que o trabalho tenha acabado, mas sim que mudou geograficamente, no rastro da busca de trabalho barato pelo capital monopolista. Segundo o sociólogo James Petras, da Universidade de Birghamtom, N. York, EUA, cerca de metade das exportações da China para os EUA procedem de empresas multinacionais estadunidenses instaladas naquele país asiático.

Outra questão decorre da análise feita por Marx, em *O Capital*, das condições de geração e apropriação da mais valia na produção capitalista. Ele demonstrou que o lucro capitalista decorre do trabalho não pago extraído aos operários e formulou a célebre equação da composição orgânica do capital para explicar como essa apropriação ocorre nas entranhas da produção. Marx mostrou que o ganho do capitalista não vem da parcela do capital constante (matérias primas e meios de produção) mas do capital variável (os salários). Por isso, quanto menor o capital variável (os salários), que é a tendência apontada pela incorporação da tecnologia à produção, menor também o lucro do capitalista pois ele resulta da diferença entre a parcela de capital variável desembolsada na forma de salários e o valor apurado pelo capitalista ao vender os produtos obtidos, o qual paga apenas parcialmente é revertido aos trabalhadores diretos. Esse comprometimento do lucro representado pela crescente incorporação da tecnologia que poupa mão de obra leva à questão crucial de que, sem o trabalho vivo dos trabalhadores diretos (designado naquela equação como capital variável) o capitalismo não sobrevive. Isto é, sem proletariado não há capitalismo.

A classe média na folha de pagamento

A classe média perdeu muitos de seus privilégios, renda, posição social e, mais do que isso, suas condições de trabalho e renda a aproximam do proletariado – esta foi outra importante mudança que ocorreu nas últimas décadas, aprofundando mudanças que ocorriam desde o período que vem desde o final da Segunda Guerra Mundial. É um movimento contraditório: as camadas superiores da classe média fortaleceram sua ligação com as classes dominantes, das quais se transformaram em instrumentos do domínio e do exercício do mando, seja na grande empresa capitalista e em empresas estatais (onde formam a camada de altos dirigentes), ou no funcionalismo público, constituindo as altas esferas da máquina estatal.

Outra parte, menor, é formada por profissionais que, evoluindo da autonomia tradicional das profissões liberais, se transformaram em proprietários de grandes escritórios de engenharia e advocacia; clínicas, hospitais e outros serviços de saúde; consultorias, etc.

A maioria, entretanto, não conseguiu manter seus papéis e posições tradicionais, e engrossaram as fileiras assalariadas. Os médicos constituem talvez o exemplo melhor documentado, como

mostra um estudo dirigido pelo professor Cláudio Dedecca, da Unicamp, segundo o qual, em 2000, apenas 11% dos médicos eram empregadores, e 28% trabalhavam por conta própria. A imensa maioria, de 61%, eram assalariados, sendo que quase a metade deles tinha dois empregos ou mais.

Outro exemplo é o dos bancários, uma categoria que – no passado – foi típica de classe média. Um levantamento feito pelo Dieese, em 1997, mostrou que o número de bancários caiu de 824 mil em 1989, para 497 mil em 1996, significando uma redução de 40% nos postos de trabalho em menos de dez anos. E as principais funções que tiveram seus quadros diminuídos foram as chefias intermediárias (que passaram de 19% do total em 1979 para 6% em 1993) e os escriturários (que caíram de 58% do total, em 1979, para 27% em 1993, isto é, menos da metade). Vítimas, ao que tudo indica, da automação bancária: segundo o Dieese, entre 1994 e 2000 o número total de postos de atendimento eletrônico cresceu 4,2 vezes, passando de 3.446 para 14.453 em todo o Brasil.

Se estas indicações significam o declínio da classe média tradicional, outra transformação importante é aquela que ocorreu com a pequena burguesia, formada por artesãos e proprietários de pequenos negócios. De um lado, inúmeros pequenos lojistas, merceeiros, quitandeiros, padeiros, etc, sofreram a forte concorrência de grandes redes de supermercados e cadeias comerciais, diminuindo drasticamente suas margens de lucro e mesmo deixando de existir. A seu lado floresceu o setor das franquias, uma forma de subordinar os pequenos negócios às grandes redes comerciais, transformando-os em proletários disfarçados a serviço de empresas monopolistas, e que ocorreu particularmente no ramo de restaurantes e lanchonetes, em grande parte licenciadas de redes norte-americanas, revendedores de perfumes, roupas, livrarias, com grande visibilidade nos shopping centers que proliferaram nos últimos 20 anos.

Em situação mais precária, floresceram as pequenas empresas de serviços e mesmo de produção industrial de alguns itens, constituídas por operários que perderam seus empregos e, ao não conseguir recolocação, tornaram-se pequenos empreendedores. Muitas vezes incentivados, inclusive, pelos antigos empregadores que passaram a ser clientes dos mesmos serviços antes prestados sob a forma de trabalho assalariado, e que convenceram os antigos empregados da conveniência de formarem suas empresas para realizarem, de forma “autônoma”, o serviço que prestavam antes como assalariados.

E que se transformaram, assim, em supostos pequenos patrões, donos de negócios com um único cliente, seus antigos empregadores, aos quais passam a fornecer, sob uma nova forma jurídica, mais trabalho do que forneciam como assalariados, em condições mais precárias.

São micro e pequenas empresas cujos proprietários apenas nominalmente fazem parte das camadas médias, mas cujo empobrecimento é tangível. Em 1950, por exemplo, as pequenas empresas tinham 41% do valor da produção industrial; em 2000, apenas 14%. E um levantamento realizado pelo IBGE em 2003 fez um diagnóstico terrível da extrema precariedade do contingente

de 10,5 milhões de pequenos empreendimentos que formam o setor informal da economia. Em 88% deles o proprietário declarou trabalhar “por conta própria”; eles estavam principalmente nos setores de comércio e reparação (33%), construção civil (17%) e indústria de transformação e extrativa (16%); 80% eram empreendimentos com apenas uma pessoa ocupada; apenas 12% tinham constituição jurídica (e entre estas, 93% tinham renda mensal superior a R\$ 2 mil); as empresas sem constituição jurídica eram 88% do total (e 72% destas tinha renda mensal inferior a R\$ 1 mil). Entre as pessoas ocupadas no setor informal, 10% eram empregadores, apenas 6% eram empregados com carteira assinada e 69% eram trabalhadores por conta própria.

Camponeses – Sob o domínio do capital

“Aqui na região de Fortaleza dos Valos teve muita gente que deixou o campo, principalmente quem tinha propriedades pequenas e vendia uma parte para plantar na outra”. São pessoas que tiveram de suas terras “e a única alternativa foi ir para a cidade” – este depoimento, do agricultor Luís Rossatto, do interior do Rio Grande do Sul, que consta do livro Agricultura e Modernidade, de Armando Sartori e outros, de 1998, resume um dos dramas que teve forte impacto na estrutura de classes no campo brasileiro nas últimas décadas: a fuga para as cidades de milhões de pequenos produtores rurais que, abandonados pela política agrícola dos governos neoliberais, não conseguiram mais sobreviver no exercício das atividades agrícolas e foram engrossar as periferias das grandes cidades.

Esta é uma situação que coloca carne e sangue nos dados estatísticos que descrevem as mudanças ocorridas no campo nas últimas décadas. Segundo dados do Plano Nacional de Reforma Agrária, do Ministério do Desenvolvimento Agrário, em 2003 a imensa maioria dos proprietários rurais tinha pouca terra. Existiam 3,6 milhões de propriedades pequenas e médias (incluindo as minúsculas, formadas pelos minifúndios), com um total de 84,3 milhões de hectares. Isto é, eram quase 85% das propriedades, mas com apenas 19,8% das terras. Na outra ponta, estavam os proprietários gigantes, donos de mais de 2.000 hectares. Eram 32 mil propriedades (0,8% do total), com 132 milhões de hectares (32% do total).

Isto é, a imensa maioria de trabalhadores no campo era formada por gente que frequenta os andares de baixo da estrutura social. Uma mudança significativa foi a diminuição, entre 1976 e 1996, do número de posseiros, rendeiros e parceiros, e o aumento relativo do número de assalariados rurais. Isso talvez seja consequência da luta pela regularização da posse, por um lado, e pela extensão das relações capitalistas, por outro, que eliminaram formas antigas como a parceria e o arrendamento tradicional. Por outro lado, naquele ano, os assalariados temporários somavam 1,8 milhões, número semelhante ao dos assalariados permanentes, que era de 1,8 milhões. Nos vinte

anos entre 1976 e 1996, o número de pequenos proprietários se manteve praticamente no mesmo patamar (eram 4 milhões e caíram para 3,6 milhões), embora relativamente tenham aumentado (passando de 26% para 47%). Os posseiros, que eram 2,4 milhões (16% do total) para 100 mil (2%); os rendeiros e parceiros, de 4 milhões para 400 mil (de 26% para 5% do total), e os assalariados, de 4,8 milhões para 3,6 milhões, embora sua participação relativa tenha crescido (de 32% para 48%).

O capitalismo completou sua hegemonia no campo e isso significou, para os pequenos produtores, sua subordinação ao agronegócio. Seguindo José Alcides Figueiredo Santos, em 1996 95% dos proprietários capitalistas no campo vendiam a parte principal de sua produção; entre os pequenos proprietários, 87% vendiam; entre os produtores “por conta própria”, 78% vendiam – isto é, em todos os segmentos, quase a totalidade se dedicavam à produção mercantil. E eram dominados pela agroindústria e pelos atravessadores tradicionais. Entre os produtores rurais capitalistas, metade vendiam sua produção para empresas, 30% para intermediários e 16% para cooperativas. Entre os pequenos empregadores rurais, 25% vendiam para empresas e 50% para intermediários; entre os que trabalhavam por conta própria, 13% para empresas e 59% para intermediários.

Esta talvez seja a principal mudança ocorrida no campo – a subordinação dos pequenos e médios produtores por grandes empresas agroindustriais, como empresas (ou “cooperativas”) de laticínios, frigoríficos como a Sadia, indústria de cigarro como a Souza Cruz, ou fabricantes de conservas, como a Arisco, que incorporam os pequenos produtores de leite, frangos, fumo, tomate, arroz, etc, a suas cadeias produtivas, fornecem a eles suporte técnico, matérias primas, insumos, mas impõem especificações técnicas extremamente rigorosas e são, na imensa maioria das vezes, seus únicos compradores, deixando-os sem outra alternativa, a não ser aceitar aquelas imposições. O resultado prático, diz Ladislau Dowbor, é uma forma de proletarização desse pequeno produtor que é proprietário dos seus meios de produção e que, além disso, arca com qualquer queda do mercado, sem gerar acúmulo de estoques na empresa monopolista, que reduz as encomendas jogando sobre os ombros dos pequenos produtores o impacto de uma eventual crise. Mecanismo semelhante de dominação do pequeno produtor é representado por "pseudo-cooperativas", que não passam de formas disfarçadas de terceirização.

.....